



Ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social  
À APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo  
À AHRESP – Associação da Hotelaria e Restauração de Portugal  
À AHP - Associação da Hotelaria de Portugal  
À AIPAN — Associação dos Industriais de Panificação, Pastelaria e Similares do Norte  
À ACIP — Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares  
À APHP – Associação Portuguesa da Hospitalização Privada  
À LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional  
À APC – Associação Portuguesa de Casinos  
À CNIS – Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade  
À AEEP – Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo  
A todas as empresas interessadas

## **PRÉ-AVISO DE GREVE**

Assim, ao abrigo do artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 530.º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, este sindicato declara greve de todas as trabalhadoras e trabalhadores que exercem a sua atividade profissional na indústria de hotelaria, turismo, restaurantes, cafés, pastelarias e similares, embarcações turísticas, parques de campismo públicos e privados, estabelecimentos de turismo em espaço rural, estabelecimentos de animação turística, estabelecimentos termais, estabelecimentos de spa's, casinos, salas de jogos, bingos, clubes de futebol, cantinas e refeitórios, áreas de serviço de autoestradas e itinerários principais, fábricas de refeições e de panificação, pastelaria e confeitaria, abastecedoras de aeronaves, catering, lavandarias, resíduos, manutenção e limpeza dos hospitais, hospitalização privada, ensino particular e cooperativo, instituições particulares de solidariedade social, lares com e sem fins lucrativos e outros estabelecimentos similares, estabelecimentos de turismo júnior e sénior e em todas as empresas e setores representados pelo sindicato, no dia 10 de julho para permitir a participação na Manifestação Nacional promovida pela CGTP-IN, nesse dia, com o seguinte objetivo:

- **Pela revogação das normas gravosas das leis laborais!**
- **Contra a proposta de lei do governo PS que as agrava!**
- **Pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!**

Informamos que serão assegurados os serviços mínimos que se mostrem necessários e imprescindíveis, nas empresas legalmente abrangidas, designadamente:

- a) Dietas líquidas, moles, pediátricas, hipoglicídricas (diabéticas), hipoproteicas (doentes renais) e sondas;
- b) Lavagem de roupa para serviços de urgência, bloco operatório e serviço de acamados;
- c) Serviços de segurança de equipamentos e bens;
- d) Outros serviços que, em função de circunstâncias concretas e imprevisíveis, venham a mostrar-se necessários à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Porto, 25 de junho de 2019  
A Direção

*João Pedro Brito*



120 anos 1898-2018

Filado

FESANT

CGTP

SINDICAL NACIONAL